

DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

19 a 23 de fevereiro de 2024

Nesta Edição

- △ [Atividades da Assespro Nacional](#)
- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Inclusão Digital](#)
- △ [Transformação Digital](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [Gestão de Espectro](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Consumidor](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Política](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Notícias](#)
- △ [Agendas de Destaque](#)

Atividades da Assespro Nacional

A **Federação Assespro** marcou presença em uma coletiva na Câmara dos Deputados em **defesa da desoneração da folha de pagamentos**, juntamente com outros 17 setores da economia. Durante o encontro, foi apresentado um [manifesto](#) em favor da discussão democrática sobre a [desoneração](#), ressaltando a importância da medida para a [competitividade das empresas e a geração de emprego e renda](#). Políticos como a deputada **Any Ortiz** (CID/RS) e o senador **Efraim Filho** (UNIÃO/PB) reforçaram a relevância da desoneração e aprovaram a prorrogação da política até 2027. Além disso, houve uma [recomendação para que o Governo envie uma proposta de transição para um eventual novo modelo de desoneração](#), retirando os dispositivos que alteram a política da [MPV 1202/2023](#). Além disso, foram realizadas 3 novas reuniões do Movimento Desonera Brasil: 1 na quinta (22), com o senador Efraim Filho, e 2 na sexta (23), online entre as entidades. A Assespro foi representada nessas agendas por **Renato Roll**, sócio da Foco - Relações Governamentais.

Além disso, a Federação Assespro reuniu-se com a ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovação) para discutir a [expansão do programa Residência em TICs, que visa capacitar jovens em temas de tecnologia da informação](#). A proposta apresentada pela entidade busca um acordo

de cooperação para alcançar até 10 mil jovens em 14 Estados, com a participação de mais de 2,5 mil empresas associadas à Assespro. A ministra elogiou a iniciativa e afirmou que o ministério estuda o uso de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para ampliar o programa, atingindo até 40 mil jovens em todo o país. Na ocasião, a Assespro foi representada por **Ítalo Nogueira**, vice-presidente de Relações Internacionais; por **Marco Tulio Chaparro**, diretor adjunto de Articulação Política; e por **Renato Roll**, sócio da Foco - Relações Governamentais.

Também nesta semana, a Federação Assespro participou da cerimônia de posse de **Ricardo Cappelli** como novo presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) em evento promovido no Ministério do Planejamento em Brasília. Em seu discurso, Capelli destacou a necessidade de incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias para impulsionar a indústria brasileira. O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), **Aloizio Mercadante**, enfatizou a importância de fortalecer as Micro e Pequenas Empresas (MPEs). Representando a Assespro, **Renato Roll** e **Felipe Sene**, sócios da Foco - Relações Governamentais.

Proteção de Dados

- **ANPD vai ampliar fiscalização sobre inteligência artificial, reconhecimento facial e raspagem de dados.** A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) anunciou que irá intensificar a fiscalização em 4 áreas específicas em 2024: direitos dos titulares, inteligência artificial e reconhecimento facial, uso de dados de crianças e adolescentes, raspagem e agregadores de dados. Durante o lançamento da agenda regulatória das empresas que utilizam dados, o Fórum Empresarial LGPD, nesta terça (20), o diretor da ANPD, **Arthur Sabbat**, ressaltou a importância de estabelecer regras específicas para a proteção de crianças e adolescentes, em vista dos riscos associados à inteligência artificial e à perfilização desses grupos. Além disso, o setor privado solicitou prioridade para a política nacional de proteção de dados, normas sobre transferência internacional de dados, hipóteses legais de tratamento, relatório de impacto, comunicação de incidentes e indicação do responsável pelo tratamento de dados. Sabbat também revelou que a ANPD pretende avançar em temas normativos como comunicação de incidentes, transferências internacionais, norma do encarregado e diretrizes para anonimização e pseudonimização de dados. Com informações de: [Convergência Digital](#)

Inteligência Artificial

- **Relator do PL de IA defende tempo para amadurecer proposta.** O senador **Eduardo Gomes** (PL/TO), relator do [PL 2338/2023](#) (*dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial*), se manifestou contra a aceleração da votação da proposta para que tenha impacto nas eleições municipais de 2024. Em evento do Fórum Empresarial LGPD, Gomes reiterou a necessidade de tempo para discutir o texto e destacou que possíveis interferências da IA nas eleições não devem influenciar o debate sobre a regulamentação. Ele defendeu a participação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dos partidos políticos e do Congresso na discussão sobre a regulação da inteligência

artificial. Além disso, o senador pretende ouvir os fornecedores de soluções de IA, incluindo as grandes empresas de tecnologia, a fim de enriquecer a discussão. O evento também contou com a presença de representantes da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que pretende verificar as operações de tratamento de dados relacionadas à inteligência artificial até 2025. Com informações de: [Tele.Síntese](#) e [Convergência Digital](#)

- **Inteligência Artificial: Designado relator de projetos.** No âmbito da Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA) do Senado Federal, o senador **Eduardo Gomes** (PL/TO) foi designado relator do [PL 2338/2023](#) (dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial), do [PL 21/2020](#) (fundamentos, princípios e diretrizes para o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil), do [PL 872/2021](#) (dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial), do [PL 5691/2019](#) (institui a Política Nacional de Inteligência Artificial) e do [PL 5051/2019](#) (princípios para o uso da Inteligência Artificial no Brasil), que passam a tramitar em conjunto. Após análise da CTIA, as matérias seguem ainda ao Plenário antes de serem remetidas à Câmara dos Deputados.

Inclusão Digital

- **Destruar Fust via renúncia fiscal para conectar escolas é prioridade, diz Tercius.** O Ministério das Comunicações (MCom) prioriza viabilização do uso do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para conectar escolas por meio de renúncia fiscal, afirma o secretário de Telecomunicações, **Hermano Tercius**. A proposta prevê que operadoras de telecomunicações usem recursos próprios para instalar redes de internet sem fio em instituições de ensino, recebendo em troca redução de até 50% nos pagamentos ao fundo. A iniciativa, que precisa passar por avaliação prévia, busca acelerar a Estratégia Nacional de Conexão de Escolas (ENEC), que visa conectar todas as escolas públicas de educação básica do país até 2026. No entanto, o governo enfrenta o desafio de conectar mais de 200 escolas por dia útil para atingir a meta, considerando que apenas 13% das instituições de ensino já estão conectadas. Para alcançar o objetivo, será necessário ter mais de 100 equipes atuando simultaneamente, levando em conta a instalação de equipamentos de rede sem fio e a provisão de conexão de banda larga. Com informações de: [Tele.Síntese](#)
- **R\$ 27 bilhões em investimentos: Juscelino quer conectar os brasileiros e unir o Brasil.** O ministro **Juscelino Filho** (Comunicações) investirá **R\$ 27 bilhões** em conectividade para melhorar acesso à internet, inclusão digital e sinal em todo o país. Com meta de conectar 138 mil escolas públicas e 24 mil unidades básicas de saúde, Juscelino pretende garantir o mesmo acesso à internet para todos, independente da condição social. Além disso, o programa ConectaBR vai exigir mais qualidade e cobertura de serviço das operadoras de telefonia móvel, com ampliação do 4G e 5G em áreas rurais. A fiscalização será rigorosa e as empresas terão seis meses para resolver eventuais problemas no sinal. Com a construção de 28 infovias, o acesso à internet e à telefonia móvel será ampliado até mesmo em áreas remotas do país, como zonas rurais, comunidades ribeirinhas e aldeias. Com informações de: [ASCOM MCom](#)

- **Conexão móvel por satélite é aposta de reguladores para ampliar acesso.** A conexão direta entre celulares e satélites – *direct-to-device* (D2D) – tem se destacado como uma das principais apostas para ampliar o acesso à internet no Brasil. No entanto, essa tecnologia aguarda a aprovação de uma proposta de Sandbox Regulatório pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Durante uma conferência em Brasília, a coordenadora de Processos de Satélites da autarquia, **Luciana Ferreira**, ressaltou que o D2D é um dos aspectos-chave a serem considerados na evolução do setor satelital. Ela também destacou que o uso da infraestrutura de satélites poderia auxiliar na oferta de serviços de SMP em áreas remotas, onde a cobertura terrestre não consegue chegar. Além disso, a Anatel apresentou que atualmente há 59 sistemas de comunicação de satélite na área brasileira, com 47 satélites geoestacionários e 12 não geoestacionários. O órgão também está analisando 4 solicitações de direitos de exploração de serviço via satélite. Porém, a proposta de *Sandbox Regulatório* aguarda o retorno do pedido de vistas apresentado pelo conselheiro **Alexandre Freire**. Com informações de: [Tele.Síntese](#)

Transformação Digital

- **Metas da nova política industrial devem ser avaliadas até abril.** O Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) está prestes a avaliar as metas da nova política industrial, Nova Indústria Brasil (NIB), conforme a [Resolução nº 4/2024](#) publicada nesta semana, com destaque para a temática da Transformação Digital. Uma das principais metas é digitalizar 90% das empresas industriais brasileiras até 2033. O lançamento da NIB em janeiro revelou que apenas 23,5% das empresas industriais são digitalizadas, de acordo com levantamento do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Além disso, outra meta aspiracional é obter autonomia na produção de 50% das tecnologias críticas para a defesa, sem mencionar o percentual atual.
- » A resolução do CNDI também prevê que as ações do Estado relacionadas ao desenvolvimento industrial serão monitoradas preferencialmente por meio dos instrumentos de monitoramento e avaliação previstos na Lei que instituir o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2024 a 2027, com alguns dos instrumentos da NIB constando no PPA, como a rede privativa de comunicação da Administração Pública Federal, com meta de conclusão total em 2027. O monitoramento de longo prazo da política industrial será contínuo e seus resultados serão publicados periodicamente de acordo com o planejamento elaborado pelo Ministério de Planejamento e Orçamento (MPO).
Com informações de: [Tele.Síntese](#)
- **Brasscom apresenta à ministra Plano Estratégico de Tecnologias Digitais para o Brasil.** Representantes da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais (Brasscom) apresentaram à ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovação) a proposta do “Plano Estratégico de Tecnologias Digitais para o Brasil” com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento do setor de tecnologias digitais no país. O presidente da associação, **Affonso Parga Nina**, destacou a importância desse avanço para o crescimento sustentável, redução das desigualdades e projeção global do Brasil. A proposta enfatiza a necessidade de articulação entre instituições, interiorização da infraestrutura, formação de profissionais, redução da desigualdade no acesso aos meios digitais e oferece **6 pilares** para viabilizar o plano. A ministra elogiou a iniciativa, convidou os representantes para

apresentarem o projeto em um evento preparatório para a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CNCTI) e enfatizou a importância das sugestões para o evento. O diretor de Relações Institucionais da Brasscom, **Sérgio Sgobbi**, e o secretário de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital, **Henrique Miguel**, também participaram do encontro.

Com informações de: [ASCOM MCTI](#)

- **Complexidades tributária e regulatória atrasam transformação digital no Brasil, aponta estudo.** Um estudo recente apontou que as complexidades tributárias e regulatórias no Brasil estão dificultando a transformação digital no país, tornando o ambiente de negócios desfavorável para empresas que buscam investir em pesquisa e desenvolvimento. Segundo o relatório ISG *Provider Lens*™ “[Digital Business Innovation Services 2024](#)”, a capacidade de entrega das empresas de serviços em tecnologia precisa ser constante para atender à crescente demanda, com investimentos em conhecimento e parcerias tecnológicas.
 - » Comparado a outras regiões do mundo, o estudo revelou que a América do Norte lidera a transformação digital, com governos apoiando a iniciativa por meio de leis e parcerias com o setor privado. No Brasil, muitas empresas estão adotando estratégias e tecnologias modernas para impulsionar seu crescimento e competitividade, porém enfrentam desafios como a escassez de mão de obra qualificada e a baixa penetração da banda larga em algumas regiões do país. O governo federal publicou uma atualização da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) para o período 2022-2026, com foco em **6 eixos estratégicos**, mas ainda há dificuldades a serem superadas, exigindo esforços coordenados do setor público e privado, incluindo investimentos em educação, infraestrutura digital e políticas que incentivem a inovação e a adoção de novas tecnologias. Com informações de: [Abranet](#)

Mídias Sociais

- **CCJ aprova novo substitutivo do projeto para proteger crianças e adolescentes em ambientes digitais.** A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, nesta quarta (21), o [PL 2628/2022](#), que visa proteger crianças e adolescentes em ambientes digitais, com base em um novo substitutivo apresentado pelo senador **Jorge Kajuru** (PSB/GO). A proposta, aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, estabelece regras para redes sociais, aplicativos, jogos eletrônicos e produtos virtuais, incluindo mecanismos de verificação de idade dos usuários e controle parental. O projeto também prevê sistemas de notificação de abuso sexual, restrições à publicidade direcionada a menores, proibição de caixas de recompensa em jogos online e medidas de proteção de dados pessoais. Durante as discussões, foi aprovado ainda requerimento de urgência para possibilitar a apreciação da matéria diretamente em Plenário. Com informações de: [Agência Senado](#)
- **CGI.br critica PL que muda trâmite de dados entre provedores e autoridades.** O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) se manifestou contra o [PL 113/2020](#) (autoriza provedores de internet a exigir registro de CPF dos usuários). A entidade destacou que a proposta, intermediada pelo senador **Marcos Pontes** (PL-SP), contraria o Marco Civil da Internet (MCI) ao dispensar autorização judicial prévia para pedir informações e ampliar o tipo de dado a ser disponibilizado pelas empresas. Além disso, a entidade aponta que a medida confronta as salvaguardas previstas no MCI e na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e umenta os

riscos de vazamento de dados pessoais, o que confronta as relevantes conquistas trazidas na LGPD. O senador defende que as mudanças sejam feitas para facilitar as atividades de investigação e menciona um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia como referência para a ampliação dos dados a serem armazenados.

- » O Comitê apoia a exclusão da obrigatoriedade de exigência de apresentação de número de CPF ou CNPJ do usuário para a criação de perfis na Internet, medida prevista inicialmente. No entanto, em relação ao armazenamento de dados, a entidade enfatiza que a coleta e armazenamento excessivo podem facilitar modelos de negócio abusivos e aumentar o risco de vazamento para usuários, confrontando as garantias individuais e constitucionais preservadas pelo direito à preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. Com informações de: [Tele.Síntese](#)

Gestão de Espectro

- **Debate sobre destinação do 6 GHz mostra divisão sobre o tema no Brasil.** Durante a 10ª edição do *Latin American Spectrum Conference*, realizada na sede da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em Brasília, um dos principais temas discutidos foi a destinação da faixa de 6 GHz. A presidente da *Dynamic Spectrum Alliance* (DSA), Martha Suarez, elogiou a decisão da Anatel de destinar o uso da faixa para o Wi-Fi, destacando que isso poderia trazer benefícios para o Brasil, tanto em termos de conectividade quanto de investimentos no setor industrial. No entanto, Luciana Camargos, da GSMA, propôs a divisão do uso da faixa, alegando que destinar toda a faixa para o Wi-Fi só faria sentido se a capacidade de entrega para o usuário fosse superior a 10 Gbps. Ela também sugeriu deixar as bandas mais altas para o IMT e a de 500 MHz para o Wi-Fi, levando em conta a densidade populacional e o mercado a ser atingido. O Brasil, que liderou um posicionamento durante a Conferência Mundial de Radiocomunicações (WRC-23) no ano passado, está avaliando a possibilidade de dividir a faixa entre os serviços móveis e os de Wi-Fi. Com informações de: [Teletime](#)

PD&I

- **CCT aprova 'maratona tecnológica' no Senado sobre transparência de dados.** A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou nesta quarta-feira (21) o [PRS 15/2022](#) (*institui o Hackathon – Senado Federal*), na forma do parecer favorável com emenda substitutiva apresentada pelo senador **Chico Rodrigues** (PSB/RR). A proposição cria competição de programação voltada para a criação de tecnologias que busquem aumentar a transparência das informações públicas. O evento terá a participação de profissionais e estudantes que deverão apresentar soluções digitais para aprimorar o processo legislativo e o trabalho do Senado. Além disso, a iniciativa prevê a criação de uma comissão organizadora para avaliar os participantes e os projetos, contando com representantes da administração pública e da sociedade civil. A proposta agora seguirá para análise da Comissão Diretora (CDir) e, caso aprovada, será remetida à promulgação. Com informações de: [Agência Senado](#)

Economia & Tributário

- **Alteração na desoneração deverá ser feita por projeto de lei, afirma Pacheco.** Fica mantida a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia até o final de 2027 após reunião entre presidente do Senado, **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG); os ministros **Fernando Haddad** (Fazenda) e **Alexandre Padilha** (Relações Institucionais); e lideranças parlamentares. Pacheco anunciou que o governo apresentará um projeto de lei para tratar do tema e evitará alterações na MPV 1202/2023. O líder do governo no Congresso, senador **Randolfe Rodrigues** (sem partido-AP), afirmou que a MP é fundamental para o equilíbrio das contas públicas e que o Ministério da Fazenda está construindo um projeto de lei complementar para a regulamentação da reforma tributária. Com informações de: [Agência Senado](#)

- **Proposta de regulamentação da reforma tributária deve ser apresentada até março, diz Padilha.** O Governo Federal pretende apresentar proposta de regulamentação da reforma tributária até março, conforme anunciado nesta terça (20) pelo ministro-chefe **Alexandre Padilha** (Relações Institucionais). Antes disso, a intenção é apresentar os textos aos líderes da Câmara e do Senado. A expectativa é de que ao menos 3 projetos de lei sejam enviados ao Congresso Nacional, tratando da regulamentação geral dos novos tributos, do comitê gestor do IBS e do Imposto Seletivo. Com informações de: [Valor Econômico](#)

- **Reoneração da folha: Em manifesto, setores pedem projeto de lei.** Nesta quarta-feira (21), a movimentação de entidades em favor da manutenção da desoneração da folha de pagamento, Desonera Brasil, foi registrada no Congresso Nacional, em Brasília. O grupo reafirmou sua posição contrária à sugestão de reoneração apresentada pelo governo federal na MPV 1202/2023. O **objetivo** é que o tema seja discutido em um projeto de lei, possibilitando que suas opiniões sejam ouvidas na formulação do texto. O movimento Desonera Brasil estima impactos negativos caso a proposta do governo seja aprovada, com possíveis demissões em massa e insegurança nos investimentos. Ressalta também que a desoneração gerou 215 mil postos de trabalho e afirma que é um desrespeito ao Legislativo tentar reonerar a folha de pagamento mesmo após ter sido votada a favor por três ocasiões.
 - » A manifestação do grupo solicita a retirada da parte que trata da Desoneração da Folha de Pagamentos na medida provisória e o encaminhamento por um projeto de lei, conforme previsão de regulamentação dos aspectos tributários sobre trabalho e renda pela Emenda Constitucional nº 132/2023. Com informações de: [Tele.Sintese](#)

- **MF altera regras do Programa Remessa Conforme.** A Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (COANA) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (RFB/MF) alterou a Portaria Coana nº 130, de 25 de julho de 2023, que dispõe sobre o Programa Remessa Conforme (PRC) para, dentre outros, permitir que os valores dos impostos cobrados do destinatário para o responsável pelo registro da Declaração de Importação de Remessa (DIR) no Siscomex Remessa sejam repassados indiretamente no âmbito do PRC. Ademais, determina que, para que a empresa seja certificada no PRC, esta deve ser responsável exclusiva pela plataforma, site ou meio digital onde o produto é vendido e exibir nesta página as informações de que o produto: (i) é proveniente do exterior e será

importado; (ii) deverá ser objeto de declaração de importação e está sujeito à tributação federal e estadual; e (iii) os valores do produto, do frete internacional, e seguro, exceto quando incluídos no valor do produto.

- **MDIC regulamenta procedimentos relativos à manifestação de partes interessadas em processos de redução temporária de II para BIT.** Por meio de [Portaria](#) publicada pela Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SDIC/MDIC), foram estabelecidos os procedimentos para solicitações de redução temporária da alíquota do Imposto de Importação de Bens de Capital, de Informática ou de Telecomunicações, assinalados na Tarifa Externa Comum (TEC) como bens de capital (BK) ou bens de informática ou de telecomunicações (BIT), na condição de Ex-tarifário. Nesse sentido, estabelece que as manifestações de partes legitimamente interessadas nos pleitos de revogação e na decisão de indeferimento, assim como aquelas contendo informações adicionais ao pleito, devem ser preenchidas, preferencialmente, por meio do formulário "Ex Tarifário de BK e BIT: Manifestações e Informações Complementares" disponibilizado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério, com perfil de usuário externo.
- **CCT aprova dedução de doações para pesquisa científica no IR.** A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) aprovou o [PLS 758/2015](#) (*dedução de doações para pesquisa científica no IR*), na forma do [parecer favorável](#) apresentado pelo senador **Izalci Lucas** (PSDB/DF), com emendas. As emendas apresentadas visam permitir que as doações se destinem a projetos de pesquisa científica aplicada e não apenas à pesquisa básica, além de estabelecer limites para as deduções, visando suavizar os efeitos da renúncia de receitas. A proposta agora segue para a análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e; caso aprovada, será remetida à Câmara dos Deputados. Com informações de: [Agência Senado](#)
- **CCT aprova incentivo fiscal à doação de equipamentos para universidades.** A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou o [PL 3000/2021](#) (*incentivo fiscal para doação de equipamentos de pesquisa a instituições públicas de ensino superior e científicas*) na forma do [parecer favorável](#) do senador **Fernando Dueire** (MDB/PE). A proposta seguirá para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, se aprovada, será remetida à Câmara dos Deputados. Com informações de: [Agência Senado](#)

Consumidor

- **Botão de pânico deve ser obrigatório em carros de aplicativo, aprova CCT.** A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou o [PL 3039/2023](#) (*botão de pânico em carro de aplicativo*), na forma do [parecer favorável](#) com emendas, do senador **Carlos Portinho** (PL/RJ). O relator do projeto removeu a previsão de reconhecimento facial dos clientes, por considerá-la invasiva, mas propôs, entre outros, a obrigação de cadastramento prévio, com foto e documento, tanto do condutor quanto do cliente. O projeto agora segue para análise da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) e; caso aprovado, será remetido à Câmara dos Deputados. Com informações de: [Agência Senado](#)

Trabalhista

- **MTE cria o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional.** Foi publicada, no Diário Oficial da União – DOU desta semana [Resolução](#) do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) institui o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional (PMQ) que visa a formação profissional e inclusão digital. O programa será implementado através de 4 modalidades principais e será executado pelo MTE em parcerias com estados, municípios e organizações, priorizando a capilarização da oferta de qualificação no âmbito do Sistema Nacional de Emprego (Sine). As ações formativas serão alinhadas com a demanda do mercado de trabalho e direcionadas prioritariamente para beneficiários do seguro-desemprego, trabalhadores desempregados registrados no Sine, indivíduos afetados por mudanças tecnológicas, e programas de inclusão social, como o CadÚnico. A resolução entra em vigor em 1º de março de 2024.
- **Relatora apresenta substitutivo para o projeto de Igualdade Salarial de gênero.** Nessa semana, a senadora **Teresa Leitão** (PT/PE) apresentou [parecer](#) pela aprovação do [PL 1372/2021](#), que busca estabelecer a equiparação salarial entre homens e mulheres, com [substitutivo](#), na Comissão de Educação e Cultura (CE). O substitutivo apresentado mantém esses aspectos e adiciona a disponibilização de dados estatísticos sobre pessoas com deficiência contratadas, além de determinar que as informações dos relatórios de transparência salarial integrem os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Ainda reformulou a regra de sanção para estabelecer que multas administrativas serão aplicadas no caso de descumprimento de qualquer dispositivo da Lei de Tecnologia, cujo valor pode chegar até 3% da folha de salários do empregador, com limite de 100 salários-mínimos. Caso aprovado na CE, o projeto segue para análise das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS) antes de ser deliberado na Câmara dos Deputados.
- **Conselho Nacional de Saúde aprova criação de GT sobre investigação de óbitos relacionados ao trabalho.** Durante a 350ª reunião Ordinária do Plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS), foi [aprovada](#) a criação do Grupo de Trabalho sobre a investigação de óbitos relacionados ao trabalho (GT-ORT/CNS). O grupo tem como **objetivo** examinar as condições que levam a mortes no ambiente de trabalho, com foco na saúde mental dos trabalhadores brasileiros. Entre as justificativas para a criação do GT-ORT/CNS, estão a necessidade de atender à participação do controle social no processo de formulação e revisão de políticas de saúde, além da demanda da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) por ações concretas para lidar com questões de saúde mental da população ativa do Brasil. Os resultados dos estudos e debates do GT-ORT/CNS serão apresentados à Mesa Diretora e submetidos à aprovação do Pleno do CNS na 1ª reunião realizada após o encerramento do trabalho do grupo.
- **Setor de TIC empregou dois milhões de profissionais em 2023.** O recém-divulgado relatório “*Monitor de Empregos e Salários*”, da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação

e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais (Brasscom) revela que o Macrossetor de TIC teve um aumento de 1,4% no estoque de empregos em 2023, com um acréscimo de 29.205 profissionais, totalizando 2.050.728 trabalhadores. No entanto, houve uma desaceleração em comparação com os 2 anos anteriores, resultando em um ajuste no mercado de trabalho. A indefinição do Governo quanto à desoneração da folha de pagamentos é apontada como um dos motivos para essa situação, podendo levar a um aumento da informalidade. O setor de Serviços de TIC, *Software* e *TI In House* foi o grande destaque, com um crescimento de **2,3%** e um total de 1.393.679 postos de trabalho. Já o setor TIC teve um acréscimo de **0,9%**, atingindo 1.184.140 profissionais, porém com uma variação inferior à média nacional de **2,8%**. Em dezembro do ano passado, houve uma perda de 5.304 profissionais, mas ainda assim **29%** a menos que no mesmo período no ano anterior, mostrando uma relativa estabilidade apesar da desaceleração. Com informações de: [Convergência Digital](#)

- **1ª Turma do STF forma maioria para negar vínculo entre entregador e plataforma.** A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para manter a decisão que envolveu um entregador e a plataforma Rappi. O ministro **Cristiano Zanin** argumentou que não existe vínculo empregatício entre entregadores e aplicativos de entrega, indo contra o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Zanin defendeu que o trabalho realizado por meio da plataforma tecnológica, e não para ela, não se enquadra nos critérios da CLT, já que o entregador pode decidir quando e se prestará seu serviço sem exigências mínimas. Além disso, a terceirização de transportadores autônomos de carga é legítima de acordo com a [Lei nº 11.442/2007](#), o que afasta o vínculo empregatício entre o transportador e a empresa contratante.

Com informações de: [Congresso em Foco](#)

- **Empresas de TI reclamam do FGTS Digital e pedem novo adiamento.** Empresas de tecnologia da informação, por intermédio da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais (Brasscom), solicitaram ao Ministério do Trabalho (MTE) um novo adiamento da entrada em operação do FGTS Digital, programada para 1º de março. Segundo o ofício enviado ao ministro **Luiz Marinho**, os testes realizados neste ano foram feitos em uma versão diferente da que será lançada, exigindo trabalho manual em vez de automação pré-existente, e pedindo o uso de APIs. Como alternativa, defendem a obtenção de guias via webservice ou API para reduzir o tempo de geração das guias e o número de acessos na plataforma do governo, garantindo assim maior estabilidade no sistema e menos trabalho manual para as empresas. Apesar disso, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), responsável pela operacionalização, afirma que o sistema está pronto para entrar em produção, enquanto o Ministério informou que até o momento não há previsão de alteração. Com informações de: [Convergência Digital](#)

Administração Pública

- **MDIC institui Grupos de Trabalhos para questões relacionadas à qualidade regulatória e de obrigações de boas práticas regulatórias.** No âmbito da Secretaria de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SCPR/MDIC) publicou, nesta semana, duas resoluções que instituem grupos de trabalho (GTs)

do Comitê Gestor do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG) em sua 1ª Reunião Ordinária, a saber:

- » A [Resolução nº 1/2024](#), que institui GT Indicadores, que tem como **atribuições** selecionar e avaliar indicadores de resultado, nacionais e internacionais e elaborar e propor novos indicadores nacionais, com critérios de cálculo específicos e metodologia de coleta de dados e informações, de acordo com as necessidades de mensuração identificadas; e
 - » A [Resolução nº 2/2024](#), que cria o GT Consolidação BPR com a finalidade de elaborar proposta de decreto que consolide as obrigações de boas práticas regulatórias no país.
- **Atuação do TCU reduz riscos e valores de contratação de serviços de computação em nuvem.** O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou um [acompanhamento da contratação de Unidades de Serviços Técnicos de Intermediação para Nuvens Públicas \(USINs\) na área de tecnologia da informação \(TI\)](#), com um valor superior a **R\$ 286 milhões** para o período de 30 meses. Esta aquisição pode se tornar referência para a administração pública, devido aos órgãos contratantes. O TCU será o órgão gerenciador das Atas de Registro de Preços resultantes das licitações que compõem a Solução de Computação em Nuvens Públicas, com a participação da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na contratação.
- » Entre os **riscos identificados** estão provisionamentos de serviços que não atendem às necessidades planejadas, indefinição do objeto e orçamento da contratação que não reflete as necessidades reais do órgão. O acompanhamento do TCU contribuiu para a redução dos riscos da contratação, pois os gestores se apropriaram das medidas apontadas e realizaram ações para sua implementação, incluindo a revisão do orçamento e melhoria na redação dos itens de planejamento. Com informações de: [ASCOM TCU](#)
- **Sandbox regulatório exige sintonia com órgãos de controle, avalia Anatel.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ressalta a importância das interpretações do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre os sandboxes regulatórios no setor de telecomunicações para o sucesso do modelo de regras temporárias para inovação. Segundo o superintendente de planejamento e regulamentação da agência, **Nilo Pasquali**, a criação desse ambiente de inovação é uma grande novidade ao não cumprir normas ou dispositivos estabelecidos. Ele destaca que é essencial que isso seja compreendido pelos órgãos de controle da administração pública. Pasquali ressalta que as agências reguladoras estão, por natureza, buscando ambientes que promovam avanços e o desenvolvimento de modelos de experimentação com uma abordagem mais flexível. No entanto, ele revela preocupações com a possível interpretação e impacto do TCU sobre os sandboxes e a necessidade de testar limites para atender às demandas do mercado. A Anatel também prevê a autorização de *sandboxes* que demonstrem ganhos positivos na prestação de serviços ao consumidor, assim como a realização de testes em ambientes controlados. Com informações de: [Teletime](#)
- **Capelli toma posse como presidente da ABDI.** Nesta quinta-feira (22), Ricardo Cappelli assumiu a presidência da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) em evento realizado no Ministério do Planejamento em Brasília. O ex-secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) ressaltou a necessidade de um novo modelo de política

que incentive a pesquisa, o desenvolvimento de novas tecnologias e a neointustrialização. O evento contou com a presença de autoridades como o vice-presidente e ministro **Geraldo Alckmin** (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), **Aloizio Mercadante**.

- **Coalizão pede anulação de indicações ao Comitê Nacional de Cibersegurança.** A Coalizão Direitos na Rede (CDR) expressou preocupações em relação à composição do Comitê Nacional de Cibersegurança (CNCiber), alegando que as indicações para representantes da sociedade civil acabaram favorecendo interesses comerciais do setor empresarial. De acordo com a CDR, algumas candidaturas selecionadas para ocupar as vagas destinadas à sociedade civil são ligadas a entidades empresariais, o que vai contra as regras estabelecidas pelo edital do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI). Além disso, a CDR aponta que a atual composição do CNCiber não garante paridade entre o setor empresarial e a sociedade civil, o que prejudica a representatividade dos cidadãos brasileiros. Diante disso, a coalizão pede ao GSI que anule as indicações de representantes que não atendem aos requisitos do edital, alegando que isso configura desvio de finalidade e conflito de interesse. Com informações de: [Teletime](#)

Política

- **Sucessão de Lira embaralha distribuição de Comissões e ameaça acordos.** Após o Carnaval, a Câmara dos Deputados segue sem definir os líderes das comissões, devido à demora nos acordos e à interferência do Palácio do Planalto nas liberações de emendas parlamentares. A disputa entre os partidos tem dificultado as negociações, levando o presidente da Casa, **Arthur Lira** (PP/AL), a ter que fazer mudanças no tabuleiro das comissões já acordadas. Mesmo em reuniões com líderes partidários, as definições não foram alcançadas, gerando temor de que Lira modifique acordos já firmados em busca de apoio para sua sucessão. A expectativa é que essa falta de definição se arraste por mais tempo, prolongando a instabilidade no início do ano legislativo. Com informações de: [Congresso em Foco](#)
- **Lula se reúne com Lira e líderes da Câmara e promete mais proximidade.** O presidente **Lula** (PT) se reuniu com o presidente da Câmara, **Arthur Lira** (PP/AL), e líderes partidários para discutir pautas de interesse do Executivo no Congresso. Durante o encontro, ficou acordado que o chefe do Executivo terá uma relação mais próxima com o Legislativo e participará ativamente da articulação política, segundo o líder do PSB, **Gervásio Maia**. Lula agradeceu pelos projetos aprovados em 2023 e destacou o bom relacionamento entre o Legislativo e o Executivo como responsável pelos resultados positivos na economia. Após tensões na relação do governo com a Câmara, o encontro entre os líderes sinaliza uma melhora na comunicação e articulação política. Com informações de: [Congresso em Foco](#)
- **Avança a aliança Pacheco e Lula.** O ministro **Fernando Haddad** (Fazenda) segue otimista apesar do desagrado com o ajuste nas contas públicas e de pressões pelos gastos. O controle das finanças públicas é defendido veementemente por Haddad, que se opõe a aumentos e destaca as consequências econômicas. Enquanto enfrenta desafios com o veto a emendas

parlamentares e a desoneração da folha de pagamentos, Haddad reconhece que convencer parlamentares é uma tarefa difícil. O presidente do Senado, **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG), se destaca ao negociar diretrizes e mostrar postura de estadista. Já a relação de Pacheco com o presidente **Lula** (PT) pode influenciar na resolução da dívida do estado de Minas com a União.

Com informações de: [Congresso em Foco](#)

Consultas & Compras Públicas

- **Anatel abre consulta pública sobre critérios para habilitação de entidades de avaliação de segurança cibernética em produtos.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) divulgou, nesta semana, a abertura da [Consulta Pública ANATEL nº 8/2024](#), propondo a criação de um procedimento operacional para habilitar entidades especializadas em avaliação de segurança cibernética em produtos de telecomunicações. A ideia é estabelecer uma metodologia para permitir que entidades altamente especializadas realizem testes mais complexos, como testes de intrusão, avaliação de novos ataques identificados, análise de software e monitoramento de conexões de dados. Essa avaliação é essencial para assegurar que os produtos homologados oferecidos no mercado tenham um bom nível de segurança cibernética, além de avaliar os riscos de produtos não homologados apreendidos pela fiscalização da Agência. As contribuições poderão ser encaminhadas, até 29 de abril, por meio de formulário eletrônico específico disponível no [portal](#) Participa Anatel. Com informações de: [ASCOM Anatel](#)

Nomeações

- **Designado novo coordenador-geral de Prevenção, Tratamento e Resposta a Acidentes em Rede de Governo.** No âmbito do Departamento de Segurança Cibernética da Secretaria de Segurança da Informação e Cibernética do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), foi [designado](#) [Daniel Maier de Carvalho](#) para a função de coordenador geral de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes em Rede de Governo.
- **Juliano Stanzani é novo diretor de investimento e inovação do MCom.** Esta semana, foi [nomeado](#), para exercer o cargo de diretor de Investimentos e Inovação, da Secretaria de Telecomunicações do Ministério das Comunicações (SETEL/MCOM), [Juliano Stanzani](#), ficando exonerado [Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo](#) do referido cargo.
- **Secom/PR promove alterações na Secretaria de Políticas Digitais.** No âmbito da Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR), foram dispensados [Victor Martins Pimenta](#), da função de diretor do Departamento de Direitos na Rede e Educação Midiática; e [Clérison Cavalcante de Macedo](#), da função de coordenação-geral de Proteção de Direitos da Rede.
- **MEC designa membros ao Comitê Permanente de Planejamento e Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CPPG).** Secretaria de

Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) divulgou, esta semana, a [relação nominal](#) dos membros indicados para compor o Comitê Permanente de Planejamento e Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CPPG).

- **Nomeada coordenadora-geral de Regulação e Supervisão da Educação Profissional e Tecnológica.** Ainda no âmbito do Ministério da Educação (MEC), [Bruna Boeckmann de Andrade](#) foi [nomeada](#), nesta semana, para o cargo de coordenadora-geral de Regulação e Supervisão da Educação Profissional e Tecnológica da Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito do Ministério da Educação (SETEC/MEC), ficando [exonerada](#) [Maria Ilca da Silva Moitinho](#).

Agendas de Destaque

- Nesta quinta-feira (22), o ministro **Ricardo Lewandowski** (Justiça e Segurança Pública), recebeu o vice-presidente Global de Políticas Públicas da Meta, Joel Kaplan, em uma audiência para [discutir a ampliação das ações preventivas e repressão a atos criminosos em ambientes virtuais](#). O foco do encontro foi a [preocupação com as eleições municipais deste ano e as novas tecnologias impulsionadas pelo uso da inteligência artificial](#), como o uso de robôs para o disparo de mensagens em massa, *fake news* e *deepfake*. Kaplan, que representa a empresa responsável por redes sociais como Facebook, Instagram e WhatsApp, [ressaltou os esforços da Meta para implementar medidas que reduzam os riscos envolvendo suas plataformas no processo eleitoral](#) e mencionou parcerias já estabelecidas com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).
- O presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), **Ricardo Cappelli**, se reuniu com o secretário de Desenvolvimento Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), **Uallace Moreira**, para discutir a [implementação do Plano Nova Indústria Brasil \(NIB\) do Governo Federal](#). Entre as metas do plano estão o [desenvolvimento de cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais, a transformação digital da indústria, e a busca por tecnologias que garantam a soberania e defesa nacionais](#). A reunião visou alinhar estratégias e ações entre a ABDI e o Governo Federal, destacando a importância da agência na construção da nova política industrial brasileira.
- O secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações (MCom), **Hermano Tercius**, marcou presença no [lançamento do programa AiotLab Brasil](#), uma parceria entre a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e a JumpCorp, com o objetivo de [impulsionar a tecnologia de Internet das Coisas e Inteligência Artificial](#). Durante o evento, Tercius ressaltou a importância da combinação dessas tecnologias e destacou a [necessidade de profissionais capacitados para desenvolver soluções inovadoras nessa área](#). Além disso, o secretário mencionou os desafios éticos que surgem com a inteligência artificial em objetos e [reforçou a importância da conectividade em escolas](#).

- » Ainda esta semana, Tercius marcou presença na cerimônia de abertura da 10ª Conferência de Gestão do Espectro da América Latina, realizada na sede da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em Brasília. O evento é considerado de extrema importância para a área de telecomunicações, promovendo um espaço de colaboração e inovação onde os principais envolvidos discutem os resultados da World Radiocommunication Conference 2023 (WRC-23). Durante o discurso de abertura, o secretário ressaltou a importância das telecomunicações, incluindo a radiodifusão, para o desenvolvimento do Brasil, enfatizando a necessidade de uma gestão eficiente do espectro, atribuída à Anatel. Além disso, Tercius destacou marcos importantes, como os leilões do 700 MHz e do 5G, que contribuíram para a massificação do 4G no país e para a promoção da conectividade, inclusive em escolas públicas de educação básica.

- A diretora de Política Setorial da Secretaria de Telecomunicações do Ministério das Comunicações (MCom), **Nathalia Lobo** participou, nesta semana, da 10ª Conferência de Gestão do Espectro, onde defendeu a inclusão digital e desafios da conectividade universal na América Latina. Lobo destacou a importância da utilização de uma variedade de tecnologias, a flexibilização da regulamentação e a facilitação de outorgas para promover a expansão da banda larga. Além disso, o modelo não arrecadatório do Leilão do 5G, os esforços do Programa Norte Conectado na Região Amazônica e a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC) para fornecer conectividade e infraestrutura de internet para todas as escolas públicas do Brasil também foram abordados.